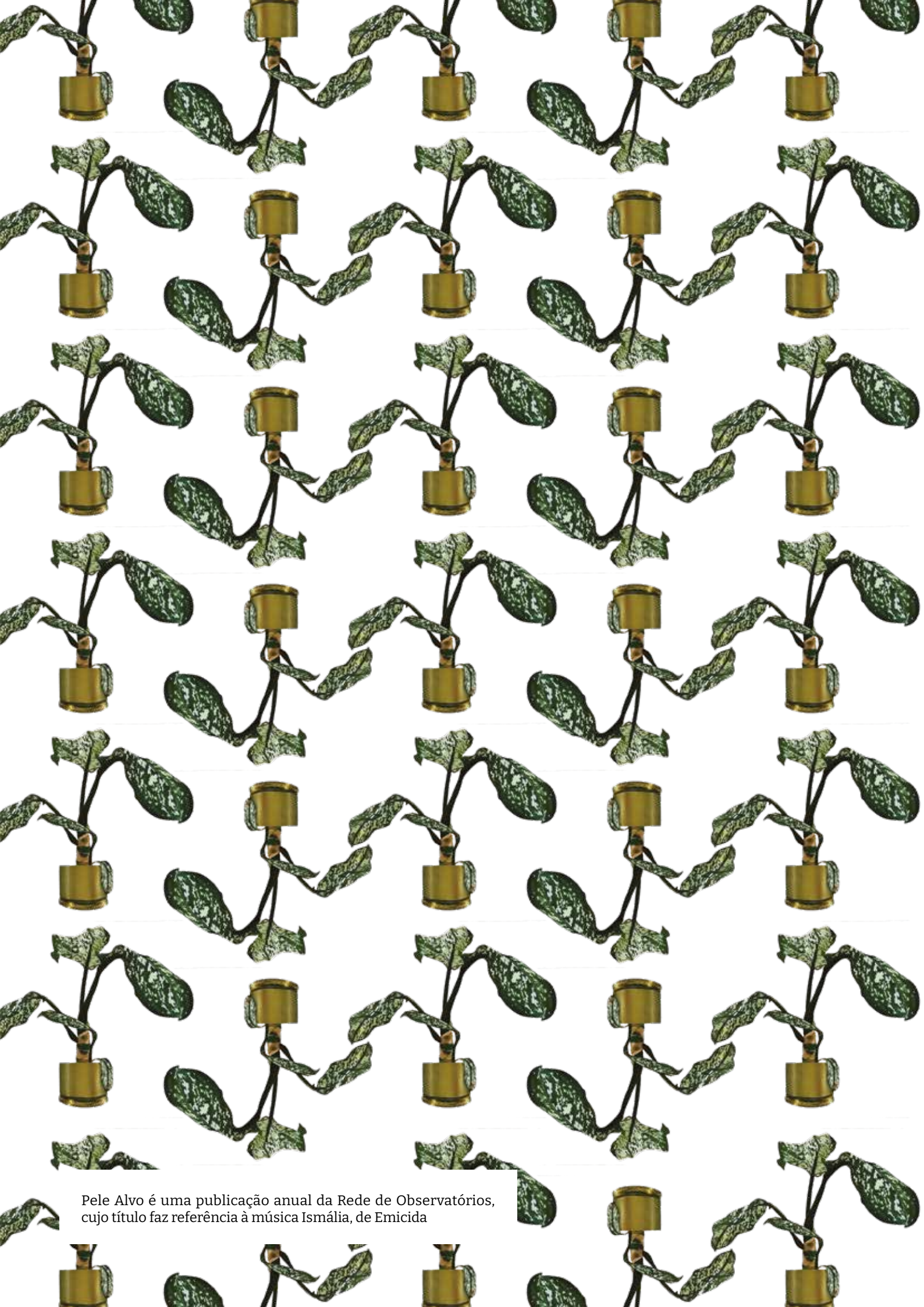


PELE ALVÔ

Novembro de 2023

A BALA NÃO ERRA
O NEGRO



Pele Alvo é uma publicação anual da Rede de Observatórios, cujo título faz referência à música Ismália, de Emicida

**Vejo uns pretinho igual eu
Que já seguro um b.o que não é seu
Por causa da maldita vida
Maldita polícia que se corrompeu
Por causa da política de escassez e extermínio
Que o Estado me deu**

**Das pistolas antes das escolas
Dizem que essa vida nois que escolheu
É pouca encomenda de quadro
Pra muito enquadro levado
Muita chacina do Estado, fi
Preste atenção!**

**Saudade do amigo-irmão que morreu em vão
Até tentou sonhar mas tiraram seu chão
Já tentei de tudo, eles me querem morto
Mudei minha postura, eles me querem morto
Não é questão de tempo, eles me querem morto
Me querem morto, me querem morte**

**Essa é a morte do esquecimento
Morte colonial
Com pressa
Com dor
Com sofrimento**

**Morte sem moldura, sem retrato, sem família
Morte sem poder se transmutar na travessia
Morte sem poder atravessar
Morte pra matar
Morte prevista nas estatísticas**

*Trecho da música Pose de Malandro/Me querem morto
Mateus Fazenô Rock feat. Big Léo*

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Coordenação do CESeC

Julita Lemgruber

Pablo Nunes

Silvia Ramos

Coordenação Adjunta

Mariana Siracusa

EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Coordenadora geral

Silvia Ramos

Coordenador de projeto

Pablo Nunes

Coordenadora de pesquisa

Thais Custodio

Coordenador de comunicação

Wellerson Soares

Pesquisadores

Jonas Pacheco

Articuladora e pesquisadora

Bruna Sotero

Equipe de design

Fabiano Ferreira

Renato Cafuzo

Assistente de comunicação

Nathália da Silva

Gerente

Ana Paula Andrade

CONSULTOR PARA O NORDESTE

Ricardo Moura

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA BAHIA

Dudu Ribeiro

Larissa Neves

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA CEARÁ

Bianca Morais de Lima

Cesar Barreira

Fernanda Naiara Lobato

Luiz Fábio Paiva

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA MARANHÃO

Kassione da Luz

Luiz Eduardo Lopes Silva

Thiago Brandão Lopes

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PARÁ

Aiala Colares Oliveira Couto

Lucas Patrick

Thiago Alan Guedes Sabino

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PERNAMBUCO

Dália Celeste

Deila Martins

Edna Jatobá

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PIAUÍ

Elton Guilherme

Lila Cristina Xavier Cruz

Marcondes Brito da Costa

Maria D'alva Macedo Ferreira

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA RIO DE JANEIRO

Bruna Sotero

Itamar Silva

Jonas Pacheco

Pablo Nunes

Thais Custodio

Silvia Ramos

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA SÃO PAULO

Bruno Paes Manso

Francine Ribeiro

ORGANIZAÇÕES FORMADORAS DA REDE

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPd)

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)

Grupo de Pesquisa Territórios Emergentes e Redes de Resistência na Amazônia (TERRA)

Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)

Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC/UFPI)

Rede de Estudos Periféricos (REP UFMA/ IFMA)

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL NESTA EDIÇÃO

Ana Flauzina

Juliana Borges

Vinicius Allencar

FALE COM A GENTE

rededeobservatorios@gmail.com

Twitter:@rede_seguranca

Facebook:@rededeobservatorios

Instagram:@rededeobservatorios

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213 (SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Pele alvo [livro eletrônico]: a bala não erra o negro / Silvia Ramos...[et al.]. -

Rio de Janeiro : CESeC, 2023.

Vários autores: Ana Flauzina, Juliana Borges, Dudu Ribeiro, Larissa Neves, Luiz Fabio Paiva, César Barreira, Ricardo Moura, Thiago Brandão, Luiz Eduardo Silva, Aiala O. Couto, Lucas Patrick, Thiago Sabino, Dália Celeste, Deila Martins, Edna Jatobá, Elton Guilherme Silva, Lila Xavier, Marcondes Brito, Maria Dalva Ferreira, Brunna Sotero, Jonas Pacheco, Nathália da Silva, Pablo Nunes, Renato Cafuzo, Thais Custodio, Wellerson Soares, Bruno Paes Manso, Francine Ribeiro

Formato: PDF

ISBN: 978-85-5969-035-4

1. Racismo. 2. Polícia. 3. Violência. 4. Segurança pública. I. Ramos, Silvia.

II. Título.

CDD-305.8

Índice para catálogo sistemático:

1. Racismo : Polícia 305.8



MUITOCRIA

**ETERNO
WL.**



Existe um desafio essencial a ser enfrentado no Brasil: reduzir as desigualdades existentes no país, considerando os indicadores de violência. Todos os dias, acompanhamos nos noticiários as mortes de pessoas negras de forma brutal. São sonhos ceifados a partir de uma política de segurança pública ineficiente. É sabido que esse *modus operandi* mantém a estrutura violenta direcionada a corpos negros, em sua maioria favelados e periféricos em situação de vulnerabilidade.

Desde o período colonial, o Brasil trata de forma desigual todos aqueles que não estão inseridos no contexto ideal da branquitude. Negros, indígenas e mulheres sempre foram postos à margem da sociedade. E no processo de transição para a República se inicia o movimento de criminalização da pobreza, com os higienistas da época transformando homens e mulheres em seres perigosos por possuírem “hábitos condenáveis” ao progresso do país.

Observando a história brasileira, é possível afirmar que a política de segurança pública nacional tem como pilar um aparato bélico e patrimonialista, que criminaliza um perfil específico, como herança colonial, fazendo com que seus agentes sejam truculentos e ineficientes no exercício de suas funções. Essa ordem social é mantida pela força policial com apoio da Justiça – que legitima ações perpetradas pelos órgãos de segurança. No entanto, é necessário entender a violência como uma questão social e alocar recursos que garantam uma política de segurança pública eficaz.

O monitoramento feito pela Rede de Observatórios da Segurança, com base nas informações das secretarias estaduais de segurança pública, constatou em 2022 que, das 4.219 vítimas decorrentes de intervenção do Estado, 65,66% eram pessoas negras,

totalizando 2.770. O racismo continua atuando da forma mais perversa no Brasil: eliminando corpos pretos. E, mesmo com a divulgação dos dados, nada se modifica.

Nesse contexto, a Bahia – o estado mais enegrecido do país – assumiu o topo do ranking como a unidade federativa que mais mata, ultrapassando o Rio de Janeiro. A população do estado baiano é composta por 80,80% de pessoas negras, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a proporção de negros mortos decorrentes da intervenção do Estado foi de 94,76%, considerando somente as vítimas que tiveram cor ou raça identificadas. O acirramento entre RJ e BA na disputa de matar pretos mostra o quanto nociva é essa política.

Apesar da perplexidade causada, a sociedade brasileira tem se mostrado incapaz de pautar uma real mudança deste cenário, dando a entender que é preferível fazer vista grossa para a situação e manter a estrutura imposta pela branquitude. Essa é mais uma estratégia de manutenção e promoção de subjetivações que autorizam práticas diversas de violações de direitos, principalmente contra pessoas negras. Este relatório coloca em evidência as narrativas que constroem essa dinâmica da carnificina, imposta pela sociedade brasileira, que ainda vive o mito da democracia racial.

A partir dos dados que mostraremos aqui, será possível entender a estratégia de associar práticas ilegais a corpos negros – como uma forma de neutralizar a participação desses indivíduos na sociedade –, e também o processo de criminalização da pobreza como política de controle social. Portanto, é necessário haver um redirecionamento da política de segurança pública, visando, acima de tudo, respeito à vida, sem qualquer distinção.

Negros, pobres e periféricos seguem na mira da polícia

Pelo quarto ano consecutivo, a Rede de Observatórios da Segurança torna público o relatório *Pele Alvo*, sobre violência letal cometida por policiais. O estudo é baseado em dados coletados por meio das secretarias de segurança pública e suas correlatas. As solicitações são feitas via Lei de Acesso à Informação, que mais um uma vez foi desrespeitada por alguns estados.

Do total de 4.219 registros de mortes nos oito estados que compõem a Rede de Observatórios da Segurança (BA, CE, MA, PA, PE, PI, RJ, SP), um a cada quatro não continham a informação sobre a cor/raça das vítimas.

Parte da história dos mortos pela polícia foi apagada, distanciando a possibilidade de compreendermos melhor essas dinâmicas e estabelecermos políticas públicas que diminuam esses números alarmantes.

Ao observarmos os dados desses oito estados, são ressaltados aspectos importantes: Bahia e Rio de Janeiro são responsáveis por 66,23% do total dos óbitos; o Pará surge à frente de São Paulo com número expressivo de mortos; o Ceará segue negligenciando a informação sobre a raça/cor dos mortos por policiais; e o Maranhão, por mais um ano, despreza a transparência e negligencia a produção de informações.

Alguns dos estados nos enviaram informações sobre idade, outros enviaram dados sobre o local das mortes e outros contribuíram com o georreferenciamento. Chama atenção a falta de padronização e de transparência relativas aos dados básicos. Todos os anos pedimos informações sobre o perfil dos mortos (raça, idade, sexo) e o local aonde o óbito ocorreu. As secretarias que entregaram

a completude dos materiais solicitados foram minoria, mais uma vez.

É importante que a agenda da produção qualificada de dados sobre segurança pública seja uma prioridade do poder público nos estados monitorados pela Rede e em todo Brasil, e que essa melhoria venha acompanhada do fortalecimento de sistemas de transparência e de diálogo com a sociedade. Conhecer os mortos, produzir investigações de qualidade e entender as dinâmicas dos casos de letalidade violenta são passos fundamentais para mudarmos os rumos das políticas de segurança pública que, nos últimos anos, têm aprofundado a lógica do confronto como única resposta.

Os dados mostram que, ano após ano, a letalidade policial contra pessoas negras se mantém alta e não há movimentação dos governos para reduzir os eventos violentos. Ao contrário disso, existe a manutenção da política de guerra às drogas, que mais tem produzido mortes e encarceramento em massa.

É possível ver a capilaridade da violência policial com a população negra ao nos depararmos com números alarmantes de vítimas





Número de mortes decorrentes de intervenção do Estado por raça ou cor - estados monitorados pela Rede de Observatórios - 2022 (números absolutos)¹

RAÇA OU COR	BA	CE	MA**	PA	PE	PI	RJ	SP
BRANCA	58	9	0	13	8	4	155	148
NEGRA*	1.121	37	0	200	78	30	1.042	262
PARDA	906	35	0	178	71	26	701	214
PRETA	215	2	0	22	7	4	341	48
NI	282	106	92	418	4	5	132	9
OUTROS	4	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	1.465	152	92	631	91	39	1.330	419

Fonte: Elaboração: Rede de Observatórios com base nas informações das secretarias estaduais de segurança pública

*Somatório de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**O estado não forneceu dados discriminados por cor ou raça
NI refere-se a não identificados

¹Para fim de padronização, optamos pelo uso do título criminal "mortes decorrentes de intervenção do Estado".

da violência armada do Estado: negros representam 94,76% na Bahia, 80,43% no Ceará, 93,90% no Pará, 89,66% em Pernambuco, 88,24% no Piauí, 86,98% no Rio de Janeiro e 63,90% em São Paulo. Somado a isso, existe uma enorme omissão no Maranhão ao não registrar os microdados categorizados por cor ou raça. Esse é o retrato mais exacerbado do quanto o país é negligente quando se trata de monitoramento e transparência no campo da segurança pública.

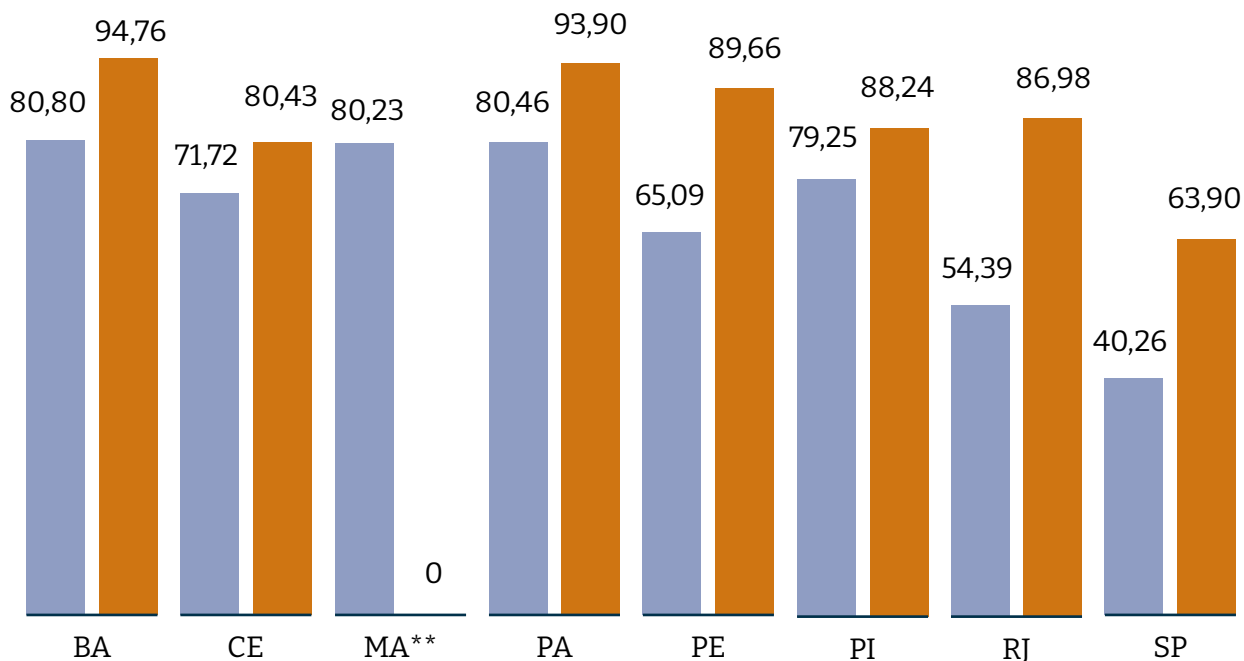
Ao analisarmos os números absolutos de mortes decorrentes da intervenção do Estado em 2022, percebemos uma desigualdade entre as unidades federativas monitoradas, nas quais a Bahia e o Rio de Janeiro dispararam com mais de mil vítimas de violência

letal. Além disso, há casos como o Pará, que tem o número expressivo de 631 vítimas e dificulta análises mais precisas, pois falta qualidade na entrega das informações. De acordo com a Pnad/IBGE, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará e Piauí são estados com as maiores proporções de negros em suas populações. Entretanto, com exceção dos piauienses, todos os outros parecem não prezar pela qualidade das informações mais detalhadas sobre as vítimas. Quando cruzamos esses dados, é possível enxergar o quanto o racismo segue em alta e legítima a criminalização dos corpos pretos.

Em uma análise de conjuntura, 2022 foi marcado pelo contexto pós-pandemia e um cenário político institucional acirrado



Proporção de população negra e proporção de mortes de pessoas negras decorrentes de intervenção do Estado - estados monitorados pela Rede de Observatórios (em %)



■ Proporção de População negra* ■ Negros mortos decorrentes de intervenção do Estado

Fontes: SSP-BA, SSPDS-CE, SSP-MA, SEGUP-PA, SDS-PE, SSP-PL ISP-RJ, SSP-SP | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

*Somatório de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**O estado não forneceu dados discriminados por cor ou raça

pelo ano eleitoral nos âmbitos federal e estadual. À medida que essas situações se interseccionaram, a discussão sobre racismo e criminalização dos corpos negros no campo da segurança pública ficou em evidência, especialmente em estados nos quais esses números só aumentaram aos longos dos anos.

Quando olhamos para a proporção da população negra em comparação com a proporção de mortes de pessoas negras decorrentes da intervenção do Estado, nos deparamos com um fenômeno brutal incrustado na sociedade: negros são mais vitimados.

Por isso, desde a primeira edição deste relatório, ressaltamos e reforçamos a importância da produção de dados para a estruturação

de informações cruciais na formulação e na implementação de políticas voltadas à segurança pública. A omissão dos dados – como no caso do Maranhão¹ – está diretamente ligada a uma agenda racista, capaz de manter uma estrutura de poder opressiva e discriminatória, que não deseja ser questionada. Com isso, perdemos, enquanto sociedade, a oportunidade de compreender profundamente as desigualdades, identificar disparidades preocupantes que ocorrem no uso da força das autoridades, mapear quais grupos e em quais proporções, além de não promover justiça social.

¹ Desde 2020, quando a Rede de Observatórios da Segurança ramificou seu monitoramento para o estado do Maranhão, não houve disponibilização das informações detalhadas por parte da secretaria estadual sobre mortes decorrentes da intervenção policial.



PELE
ALVO





O PODER DAS NARRATIVAS

Por Ana Flauzina

Militante do movimento negro, doutora em Direito pela American University Washington College of Law (EUA) e professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Dilemas das trincheiras

Interior de Minas Gerais, 1920. A escravidão é ainda muito concreta. Pode-se tocar nela 30 anos após a abolição. Estamos na fazenda Várzea Grande, dirigida pelo Coronel Campos Domingos. A vida no eito é dura, as condições precárias, as dívidas aprisionam, há castigos físicos. A prisão ou a morte costumam ser o destino das pessoas que se rebelam.

Numa reviravolta histórica, um movimento de ex-escravocratas se articula para a retomada do poder. Alegam que não foram devidamente indenizados e querem sua propriedade de volta: propriedade entendida como coisas e gentes. O clima é tenso, já que um grande senhor de escravos da região está convocando um exército de jagunços para tomar posse das terras e de tudo dentro delas.

A massa de pessoas negras que trabalha na fazenda em muito supera o bando contratado pelo senhor de escravos. Por isso, o coronel Campos Domingos os conchama para ajudá-lo. Ele reúne todos os empregados em um grande galpão e os convoca para a batalha. Afinal, a defesa da propriedade seria, ao mesmo tempo, a defesa de sua liberdade.

O coronel afirma representar o futuro. Lembra das demandas que acatou e dos avanços obtidos: condições mais dignas de trabalho; superação da mentalidade escravista; acesso à alimentação; escolas para as crianças. Depois do grande discurso, seguido de muitos aplausos, a massa se dispersa. A maioria das pessoas está pronta para se armar. A possibilidade da re-escravização é real e a luta ao lado das forças do coronel, a opção que se apresenta. O contrário disso é o eito forçado e voltar a essa condição é flertar com o terror de peito aberto. Esse é um preço insustentável marcado na memória de todos e ainda vivo nas marcas dos corpos de muitos.

Mesmo diante desse cenário, um número pequeno de insurgentes tenta agitar para uma outra saída. Bradam que essa guerra não lhes diz respeito e que essa é a chance para a mudança efetiva de suas vidas. Para eles, a massa negra deve formar uma força autônoma e lutar pela dignidade. Apela à consciência, lembram que não existe liberdade real na fazenda e não há motivos para entrar em um conflito sangrento. Proteger os interesses do proprietário não os emancipa de fato. Há muita tensão instalada, pois essa última postura significa um risco de muita violência e ainda mais mortes.

Disputando histórias

A possibilidade de narrar histórias é uma grande dimensão do poder. Isso vale tanto para os dilemas do passado – com a disputa da memória – quanto do presente. Não à toa rivalizamos produzindo interpretações da escravidão diversas das defendidas pelas elites com seu ideal de democracia racial. Na conjuntura cotidiana, rebelamos-nos

contra manchetes de jornais que forjam este-reótipos, dentre os quais está o da demonização da juventude reiteradamente caricaturada como criminosa. Lutamos, portanto, por narrativas.

Quando tratamos dos dados da letalidade policial, é especialmente importante nos atentarmos para esse fato. Primeiro, como uma demanda de



humanizar os sepultados. Nunca será demasiado o esforço de lembrar que os números frios retratando nossas mortes têm histórias de bolos de aniversário, férias em família, paixões adolescentes, mergulhos no rio e no mar. As estatísticas são, acima de tudo, o registro de vidas pulsantes tragicamente interrompidas. Trajetórias que devem ser contadas, honradas, partilhadas. Histórias de nós.

Numa outra camada, é preciso também disputarmos a forma como essa dinâmica da carnificina tem sido contada. Aqui, a questão gira em torno de um retrato perverso ao apresentar os dados dos homicídios praticados pela polícia como um problema eminentemente negro. Projetado para o senso comum está uma guerra endêmica, em que pessoas negras – homens em particular – matam uns aos outros, motivados, em última instância, pela violência cultivada em suas comunidades. Trata-se de uma leitura estigmatizante dos territórios negros e explica as mortes a partir da presença massiva de traficantes de drogas. Estes, ao terem suas atividades criminosas ameaçadas pelas forças policiais, reagem de forma violenta, deixando a polícia sem saída a não ser o inevitável derramamento de sangue de muitos culpados e alguns poucos inocentes. É uma história para justificar os homicídios praticados pela polícia como o resultado de um esforço das elites de civilizar esses territórios, nunca o reflexo de uma política de Estado que usa o contingente policial como meio de impor o terror e perpetuar a desigualdade.

Por isso, a história acima narrada tem vital importância se quisermos politizar essa realidade. Ali, há um pano de fundo que lança luzes sobre a posição precária ocupada pelas pessoas negras mortas em guerras que não lhes dizem respeito. Se usarmos essa narrativa para pensar a letalidade policial, podemos finalmente fazer a

pergunta: quem mata, quem morre e em nome de quê? São essas as questões nevrálgicas aqui em jogo.

Essa lente de análise ajuda a tratar a questão policial em dois níveis importantes. Primeiro, o que descredencia a narrativa de que a polícia cumpre a tarefa de produzir mortes de forma isolada. Ou seja, é preciso dizer em alto e bom som que os extermínios são fruto da ação coordenada policial – projetada no imaginário como instância negra violenta – com Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – tomados como os ambientes da civilidade. As autorizações expressas e as omissões implícitas dessas instituições blindam os agentes de qualquer tipo de censura em sua performance genocida. Além do pleno

aval dos poderes Legislativo e Executivo, essas instituições criam a possibilidade de matar em segurança no país.

Destaca-se a importância de denunciar, portanto, que somos mortos por um pacto genocida, retratado de forma distorcida. Nessas narrativas tendenciosas, só se projeta a participação dos soldados na guerra, nunca as decisões políticas dos gabinetes, os verdadeiros fundamentos das batalhas.

Por isso, como na história contada, temos de dar visibilidade às disputas entre os

atores de poder efetivos – ali retratados como senhores e coronéis, que no cotidiano do sistema de justiça figuram como autoridades vestidas com togas elegantes –, que seguem poupados de qualquer tipo de crítica contundente com relação à matança que ajudam a promover.

A segunda e mais relevante questão é a que aproxima os dados da letalidade policial da realidade experimentada por policiais no Brasil, especialmente os policiais militares de baixa patente. Nesse ponto, as estatísticas têm de nos ajudar não só a denunciar a polícia, mas, acima de tudo, a disputá-la. E não se trata de disputar a

AS ESTATÍSTICAS
SÃO, ACIMA DE TUDO,
O REGISTRO DE
VIDAS PULSANTES
TRAGICAMENTE
INTERROMPIDAS.
TRAJETÓRIAS
QUE DEVEM SER
CONTADAS, HONRADAS,
PARTILHADAS.
HISTÓRIAS DE NÓS.



humanização da atuação da polícia, mas sim a humanidade das pessoas negras que dela fazem parte. Ao fim e ao cabo, entender essas pessoas como humanas e nos implicarmos com elas é o grande pressuposto para darmos conta de estancar a sangria que inunda nossas comunidades. Não há outra saída.

É importante sinalizar algo arrogante pairando nos estudos sobre as polícias e nas denúncias dos movimentos sociais que acreditam numa transformação da atividade policial como uma tarefa de explosão. Ou seja, há uma crença na possibilidade de transformações vindas de fórmulas cultivadas por um mundo crítico fora da instituição. Essa é, claramente, a receita de uma batalha perdida. Não há qualquer possibilidade de alterar os cursos da letalidade policial sem uma aposta para coordenar os esforços de explosão, com as dinâmicas potentes da implosão. Precisamos, portanto, acreditar no potencial crítico e mobilizador de policiais engajados nesta tarefa. Para isso, é necessário fortalecer movimentos políticos já em curso de agentes que articulam o pensamento crítico dentro das corporações. Como na história narrada, precisamos apostar na insurgência como um dado político fundamental.

Uma insurgência capaz de visibilizar o papel cumprido pelas masculinidades negras dentro dos rincões policiais; conectar esses indivíduos a suas comunidades de origem; implicar a todos nós com as torturas desumanizantes dos treinamentos a que são submetidos e dos suicídios cometidos em grande escala pelos sofrimentos vivenciados. Ou seja, de uma perspectiva negra consequente, precisamos

pensar nos homicídios cometidos pela polícia conjuntamente com os dados do sofrimento que acomete os policiais. Não para deixar de responsabilizar indivíduos por suas ações, mas para finalmente enxergarmos o projeto da branquitude que causa a tragédia do derramamento de sangue negro no Brasil.

Afinal, a demonização de policiais negros é um grande trunfo do genocídio. É o que os faz sentir abandonados à própria sorte e justifica o *slogan* perverso de “negros matando negros”, propagado para o benefício das elites. Além disso, permite projetar as pessoas negras como

suas próprias algozes e, acima de tudo, bloquear a produção de narrativas que responsabilizam os que se nutrem efetivamente da nossa dor.

Por isso, escolho terminar esse texto como comecei: com uma história. Uma narrativa que evidencia a força de nossa resistência diante do dado concreto da morte. Um pequeno relato para nos inspirar a olhar as disputas do presente em termos mais complexos e nos ajudar a projetar um futuro em que a morte de pessoas negras não seja tomada como inevitável. Uma utopia para tornar esse boletim não somente uma denúncia, mas uma convocatória para seguirmos lutando por nossas vidas, com toda potência de nossa coletividade.





Declaração de guerra

Tudo programado há semanas. Estávamos esperando só o racismo dar conta de sua parte.
Ele nunca falha.

Dia 17 de novembro, 1h30:

finalmente veio a notícia. Uma criança de cinco anos teve seu crânio perfurado em mais uma operação policial em um morro carioca. Velório de caixão fechado, mulheres desmaiando no cemitério, reportagem no Jornal Nacional. O estopim estava dado.

Disparamos a mensagem no celular para nossa rede de agentes e o processo começa a tomar seu curso.

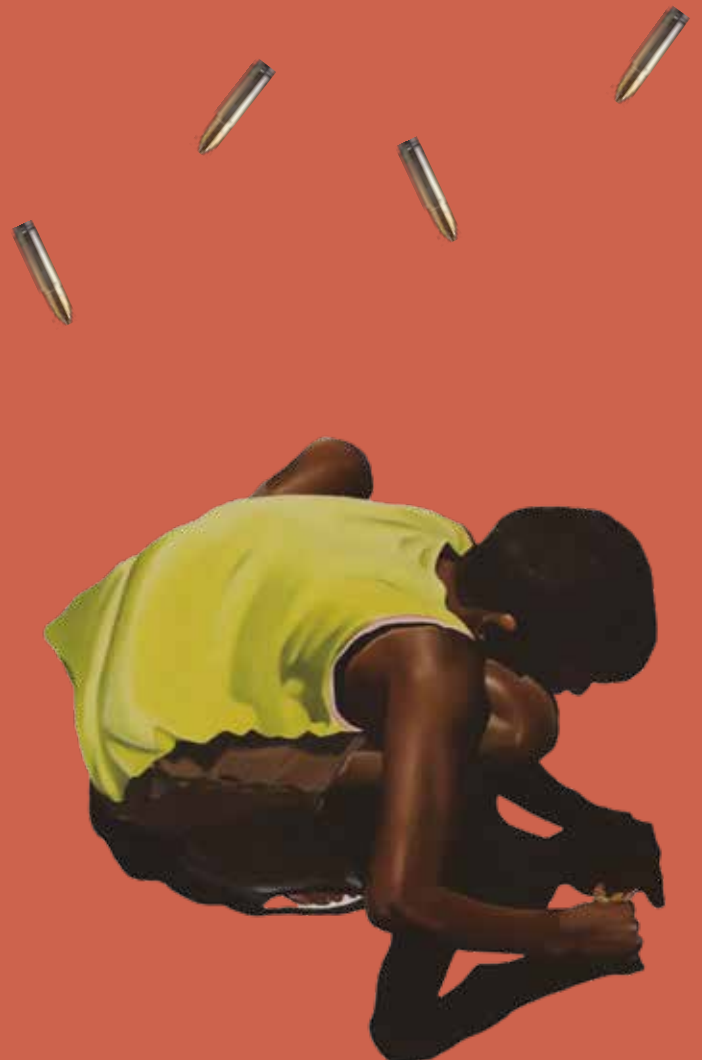
8h: as principais capitais do Brasil entram em crise. Grande parte das trabalhadoras domésticas não aparecem para o trabalho. O efeito cascata é inevitável. Pessoas faltando seus empregos para ficar em casa, trânsito conturbado para pegar crianças nas escolas, cozinhas vazias e caos doméstico nos lares de bem.

12h: é dado o segundo golpe. Motoboys paralisados. Serviço do *iFood* suspende sua entrega. Restaurantes fechando suas portas mais cedo sem comida; pessoas transbordadas indo comprar mantimentos nos supermercados lotados; vídeos viralizados das cidades em combustão.

18h: última cartada do dia. Trabalhadores da limpeza urbana anunciam sua paralisação. Os bairros nobres, acostumados a ruas sem dejetos e cheiro de ar puro, começam a se deparar com o acúmulo de lixo.

Dia 18 de novembro: o dia amanhece com tudo no mesmo lugar. A crise se agrava. Governantes soltam notas oficiais e fazem falas duras na televisão, patrões ameaçam demissões, articulistas políticos denunciam a irresponsabilidade de parte da classe trabalhadora no Brasil.

17h: nova ação contundente. Disparamos a ordem e os frentistas aderem à paralisação. O caos se instala. A conturbação toma conta de todo o país. Não há uma explicação razoável para o que está havendo ou um meio eficaz de coibir esse tipo de postura silenciosa.





Dia 19 de novembro, 10h: o dia da decisão. Expedimos uma nota de convocatória para passeatas em diversas partes do país. A lista de reivindicações é extensa.

12h: os governadores se reúnem virtualmente e respiram aliviados por finalmente poderem coibir o protesto e acabar com as paralisações.

13h: efetivos mobilizados. Forças policiais convocadas para atuar contra o protesto em todos os estados brasileiros. A instrução é prender o máximo de pessoas possível e identificar as lideranças. A truculência está autorizada. É dada a hora de restabelecer a ordem.

17h: a massa negra se desloca para os locais de protesto. As pessoas não carregam nada nas mãos. Só caminham em silêncio.

17h30: a polícia e as câmeras de TV estão presentes em todas as ruas do país. O volume de armas é grande e se vislumbra um espetáculo com a coibição violenta dos manifestantes.

18h: disparamos a última mensagem. Hora da ação derradeira. Vê-se uma cena inédita transmitida ao vivo para todo o mundo. Grande parte dos policiais larga suas armas e se junta à caminhada silenciosa. O protesto ganha volume.

20h: a mobilização é encerrada e os manifestantes se dispersam sem qualquer confronto significativo registrado no país.

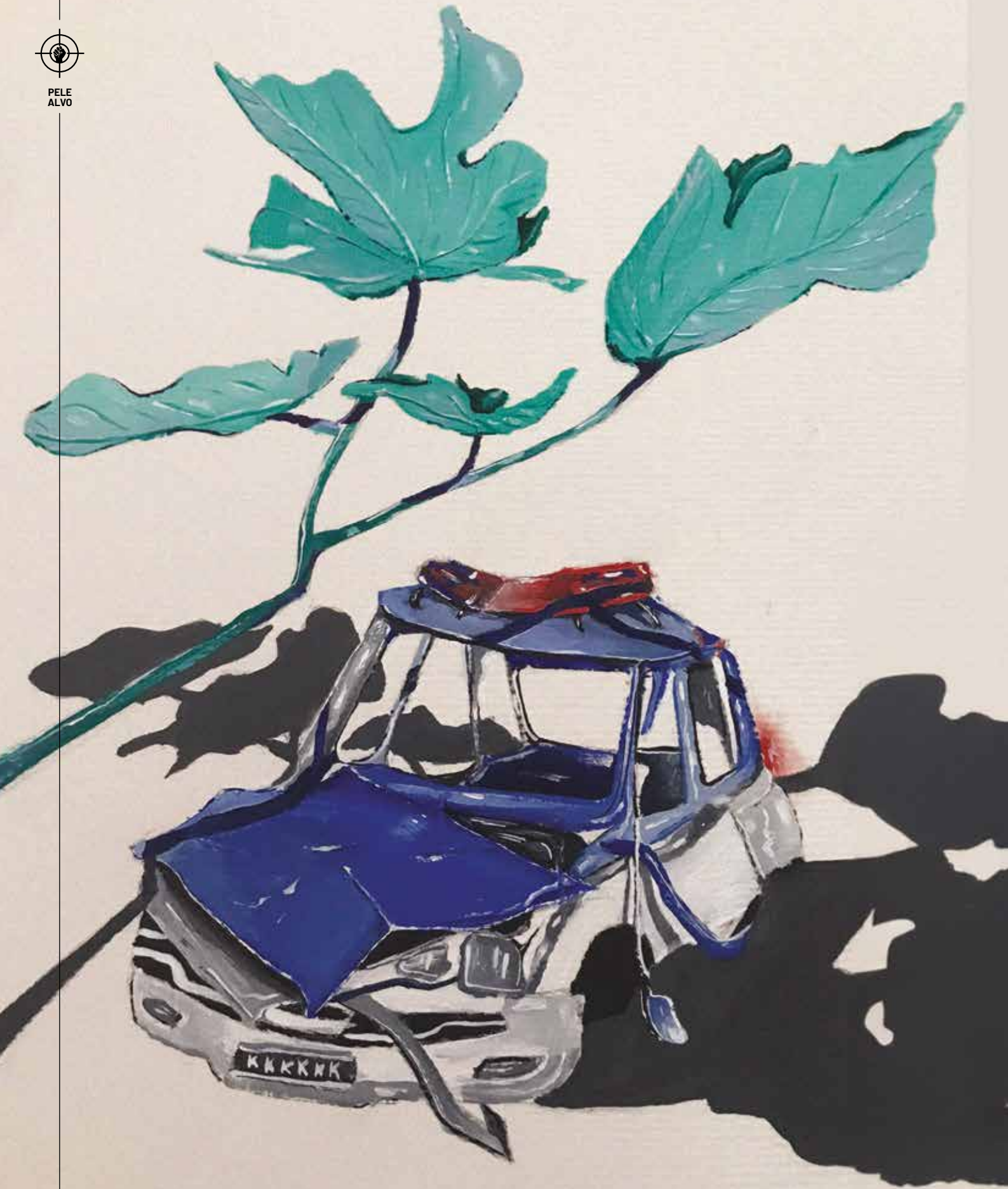
22h: o Planalto convoca uma reunião extraordinária com a presença de todos os governadores, líderes do governo, da Câmara e do Senado, além de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), para às 8h do dia seguinte, em Brasília.

Dia 20 de novembro, 8h: reunião a portas fechadas na sala de reunião suprema do Palácio do Planalto. O Presidente da República anuncia em tom grave: “Estamos correndo grandes riscos, senhoras e senhores. Não houve registro de mortes nas mobilizações. Os negros declararam guerra contra nós”.





PELE
ALVO



Alleney

21.



PRETO É A COR DA VIOLÊNCIA POLICIAL

Por Juliana Borges

Escritora, livreira e articuladora política. Coordenadora de Advocacy da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, Conselheira da Plataforma Brasileira de Política de Drogas.

Julho de 2023. Patrick dos Reis, soldado das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA) é morto na cidade de Guarujá (SP). Dias depois, as forças policiais do estado iniciaram a Operação Escudo que, em poucas horas, deixou cerca de 16 pessoas mortas e dezenas de outras presas, com apoio das lideranças políticas de São Paulo. Moradores relataram terror: gritos, torturas, impeditivos para que familiares reconhecessem corpos e uma série de violações de direitos realizadas pelos agentes também em comunidades nas cidades de Santos e São Vicente.

No início de agosto de 2023, uma operação policial foi deflagrada na Vila Cruzeiro, uma das comunidades do Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e deixou cerca de dez mortos e dois policiais feridos. Segundo o coronel Marco Andrade, porta-voz da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), dados de inteligência apontavam para a realização de uma reunião com lideranças de uma facção criminosa. Por causa da operação, 16 escolas da região não puderam abrir e mais de mil estudantes ficaram sem aula.

Esses são breves exemplos de ações desse tipo que ocorrem em comunidades periféricas, e majoritariamente negras, cotidianamente. Mas não passam incólumes. É crescente a demanda por uma reforma das corporações policiais e, por força da sociedade civil e movimentos sociais, tem se transformado em pauta incontornável.

Negros e negras são desproporcionalmente vítimas de disparos policiais. Agentes de segurança procedem sob o perfilamento racial, suspeitando e abordando pessoas por critérios subjetivos e baseados em raça/cor e classe social. A população negra tem mais que o

dobro de chances de ser assassinada e representa 77% das vítimas de homicídios no país, segundo o Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ao realizarmos um recorte de gênero, dentre as mulheres assassinadas, 66% são negras.

O Brasil é o território mais negro fora do continente africano. Essa afirmação poderia fazer quem me lê pensar: “então, faz sentido que mais pessoas negras sejam objeto do escrutínio policial”. Mas não há razoabilidade alguma no que vemos no país. Pessoas negras são desproporcionalmente alvo das abordagens, das prisões realizadas e vítimas fatais das ações de policiamento. E essa problemática nacional também é sentida no interior das corporações quando, também homens negros policiais, são as principais vítimas nos dados sobre mortalidade policial. Dados desse relatório mostram que, mesmo em estados onde a população negra não é majoritária, ao analisarmos os números da segurança pública, fica evidente que somos “a pele alvo”, os corpos a serem controlados, detidos e exterminados pelas políticas e forças de segurança. Nunca é ruim repetir que temos a polícia que mais mata e mais morre no mundo.

Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) mostram que o Brasil ocupa a oitava posição entre 20 países com os maiores índices de violência no mundo. Na América do Sul, ficamos em segundo lugar, atrás apenas da Venezuela.

Da invasão portuguesa até a contemporaneidade, ou do colonialismo à colonialidade, a



violência segue como um eixo estruturador das relações sociais no Brasil.

Levantamento realizado pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) em parceria com o Data_Labe, revelou que 89% das pessoas negras entrevistadas relataram já ter sofrido algum tipo de agressão física, verbal ou psicológica em abordagens policiais. O dado entre pessoas brancas é de 66%. Ao passo que os números de encarceramento e de homicídios reduzem no Brasil, ao lançarmos um telescópio sobre essas informações, percebemos que ocorre redução entre brancos, enquanto aumenta entre negros. Algo não está certo e precisa mudar.

Muitos podem argumentar que as próprias comunidades demandam a presença maior da polícia devido aos altos índices de criminalidade. Contudo, o argumento deixa passar uma questão fundamental: a não garantia de direitos básicos e constitucionais para essas comunidades como acesso à moradia, infraestrutura urbana, saneamento básico, trabalho decente e empregos locais, lazer, educação de qualidade e cultura.

Outro ponto importante é o problemático treinamento policial e mesmo as expectativas sociais em torno da figura do agente de segurança, muitas vezes demandando quase uma postura heroica, aquele que está sempre a postos para defender a sociedade. Essa dinâmica militarizada de guerra ocasiona uma postura reativa e uma visão das comunidades como inimigos a serem combatidos e, literalmente, abatidos. O debate sobre o uso excessivo da força é fundamental, mas a discussão não se encerra por aí. É preciso discutirmos os modelos de justiça criminal, o social punitivo e o encarceramento em massa.

Vamos desmistificar algumas saídas fáceis para aprofundar e refazer as formulações e as tentativas de solução para uma temática complexa como a que estamos tratando. É comum verificarmos, em discussões desse tipo, a proposta de mudança do treinamento policial para serem capazes de efetuar prisões sem uso excessivo da força ou sem violências verbais, além de respeito aos direitos humanos.

Essas proposições ignoram questões estruturantes como os estereótipos sociais tão incrustados e intensificados pela desumanização dos grupos

que são alvo e dos próprios policiais, pois a dinâmica de guerra insiste em ostensividade e invasibilidade, além de ser baseada na ideia de pessoas pobres e negras terem tendências à criminalidade. Essa face ideológica alimenta, inclusive, a manutenção das violações e violências praticadas contra esses grupos e um modelo de segurança voltado ao controle e não à promoção da paz. Não há evidências de que essa “saída” encantadoramente fácil tenha surtido efeitos duradouros na ação policial.

Policiamento comunitário também é outro tipo de resposta fácil, como canto da sereia, em muitas discussões sobre segurança pública. Contudo, embora a atuação policial deva se balizar pelo cumprimento da lei e fazer uso contido – e apenas se necessário – da força, quando essa função é desvirtuada e direcionada à contenção e à criminalização de grupos, verificamos ações distanciadas e, muitas vezes, abusivas. A forte desconfiança das polícias em territórios periféricos cria um ambiente hostil e um comportamento reativo das forças policiais, intensificando a violência. Outro ponto limitador da proposta são os instrumentos disponíveis para as forças policiais, em geral apenas punitivos e prisionais. O Brasil pouco ou nada investe em mediações de conflitos pela via civil e social.

Uma questão ainda importante é o uso de câmeras corporais. Obviamente, não estou aqui a advogar contra uma medida ainda pouco assimilada pelas corporações policiais – em verdade, com muita resistência. Mas é importante pensarmos para além dessa política e não vê-la como solução mágica e definitiva. Muitos casos já pululam de disparos fatais nos quais os agentes não ligaram as câmeras – um deles é do exemplo inicial desse texto. Esses equipamentos serão, de fato, eficazes se mecanismos de responsabilização forem efetivados e se os agentes investigativos e de justiça atuarem a partir de evidências. Além disso, há necessidade de discutir a privacidade e o armazenamento das informações coletadas pelas câmeras corporais. Leis de acesso à informação, transparência e um controle externo independente são fundamentais para a longevidade do aparato tecnológico.

Não poderia escrever esse texto sem falar de outros quatro pontos: desarmamento; mudança



de gestão, estrutura e funcionamento das polícias; desencarceramento; e fim da guerra às drogas.

Será que apostar na expansão do acesso a armas – inclusive as de calibres cada vez mais pesados – para a atuação em comunidades e na relação civil e cotidiana é a solução? O Estado deve atuar e participar ativamente de uma “corrida armamentista” contra o criado inimigo interno? Se a defesa é de que armas reforçam a autoridade policial, estamos mal. Essa é a saída reafirmadora do uso da força e, conseqüentemente, da violência para impor a ordem, em vez de promover direitos e relações mediadas. Investir na força, em verdade, indica a problemática de legitimidade.

Se pensarmos a violência como núcleo fático do Estado, estamos falando que essa é não só estruturadora como também ferramenta de imposição. Contudo, a dinâmica não traz resultados positivos ou reduz a criminalidade. Assim, as saídas populistas são ativadas e a aposta dobrada. Aliadas ao modelo neoliberal de esvaziamento do Estado como promotor de direitos, resta mais violência e cada vez menos legitimidade, ao contrário do que se busca.

Precisamos propor e forçar um modelo baseado em evidências, que transforme e reposicione a função das polícias. Em vez de combatentes em uma guerra às drogas e ao crime, intensificando hostilidade e violência, em vez de ferramenta para manutenção de desigualdades sociorraciais, que haja uma mudança profunda de aposta na promoção de mediação, responsabilização, reconciliação e reparação. E que sejam igualmente promovidos direitos para uma comunidade fortalecida, com mecanismos democráticos e de solução de problemas e conflitos mais horizontais, com maior participação da comunidade, bem como o controle social externo de sua atuação.

O desencarceramento é uma emergência. Ao realizarmos um raio-x da população prisional brasileira, fica fácil verificar esses abusos e dinâmicas de violência racializada no país. Mais prisão não significa menos criminalidade. Pelo contrário, tem significado mais marginalização, reforço de estigmas e assassinatos sociais.

E o fim da guerra às drogas, uma das políticas de policiamento mais ineficazes e equivocadas tocada insistentemente a despeito de evidências apontarem o caminho contrário. Diversos estudos apontam que as raízes da criminalização do uso de determinadas substâncias não têm nenhuma relação com a proteção à saúde e ao bem-estar. Estão diretamente relacionadas à estereotipação, controle e criminalização de grupos étnico-raciais e sociais. Há experiências comprovadas, em diversas partes do mundo, de que a descriminalização, a legalização e a redução de danos, ampliadas à promoção de direitos e não limitadas a medidas de saúde, são mais

efetivas e impactam na promoção de bem-estar social e na diminuição drástica da corrupção de agentes e forças de segurança do Estado.

Por fim, mas não menos importante, a publicação de mais um relatório da Rede de Observatórios da Segurança deve ser celebrada e amplamente divulgada e fortalecida por aqueles e aquelas comprometidas, de fato, com soluções efetivas aos problemas sociais e às feridas estruturais abertas da sociedade brasileira. As organizações da sociedade civil e os movimentos sociais têm travado uma luta ímpar pela promoção de políticas baseadas em evidências e para que o Estado seja mais transparente.

As pesquisas e relatórios das organizações da sociedade civil são todos realizados a partir de dados fornecidos pelo Estado. Quando não há respeito à transparência estatal, essas organizações realizam um trabalho hercúleo de monitoramento via imprensa e medidas anunciadas por governos e parlamentares. Nesse sentido, gestores públicos deveriam ir na contramão do negacionismo e saudar iniciativas como essa: buscar esses dados, estabelecer trocas e diálogos, construir uma agenda junto de pesquisadores e movimentos sociais, pelo fortalecimento da produção de dados. Só assim conseguiremos criar e promover políticas baseadas em evidências e efetivas para a construção e garantia de futuros justos, equânimes, distributivos e, principalmente, sem racismo.



PELE
ALVO

BAHIA

A CADA 24 HORAS, QUATRO PESSOAS FORAM VITIMADAS NO ESTADO

A guerra às drogas, principal motivação para as operações policiais na Bahia, afeta cotidianamente a vida das pessoas que residem nos territórios de periferia

Em 2022, a Bahia atingiu o ápice da brutalidade. Pela primeira vez, o estado registrou mais mortes cometidas por agentes de segurança do que o Rio de Janeiro, lugar onde a polícia é conhecida pela sua violência extrema. O número de 1.465 mortos ficará marcado na história baiana, que há pelo menos oito anos enfrenta um aumento desenfreado das mortes causadas por policiais. Em 2015, primeiro ano da gestão de Rui Costa, a Bahia registrou 354 mortes cometidas pelas forças de segurança. O ex-governador deixou o cargo entregando um aumento de mais de 300% na letalidade policial.

No entanto, a cor de quem morre não mudou. Do total de mortos pela polícia em 2022, os negros foram 94,76%, enquanto na população, segundo dados da Pnad do mesmo ano, a população negra

na Bahia representa 80,80%. A maioria (74,21%) tinha entre 18 e 29 anos quando foi morta.

A guerra às drogas, principal motivação para as operações policiais na Bahia, afeta cotidianamente a vida das pessoas que residem nos territórios de periferia. Embora os entorpecentes circulem em todos os bairros da cidade, são os moradores e as moradoras das áreas periféricas que sofrem os efeitos das operações antidrogas.

O governo da Bahia segue apostando na política do confronto como única resposta. As escolas são fechadas, os postos de saúde também, os trabalhadores e trabalhadoras não saem de casa e, de forma sistemática, têm os direitos violados. No final, os únicos resultados dessas operações são as pilhas de corpos, vidas de crianças, adolescentes e jovens perdidas e esquecidas, sem nenhum tipo de responsabilização e reparação.

Proporção de
população negra*

80,80%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

94,76%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

1.465
mortos foram
registrados em 2022

74,21%
das vítimas tinham
entre 18 a 29 anos

29,90%
do total de mortes
aconteceram em
Salvador

Número e proporção de vítimas de mortes decorrentes de intervenção do Estado por faixa etária - Bahia - 2022

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	0	0%
12 A 17 ANOS	91	7,38%
18 A 29 ANOS	915	74,21%
30 A 39 ANOS	181	14,68%
40 A 59 ANOS	42	3,41%
60 ANOS OU MAIS	4	0,32%
TOTAL*	1.233	100%

Fonte: SSP-BA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Excetuando casos não informados

Ranking do seis municípios com mais mortes decorrentes de intervenção do Estado por cor ou raça - Bahia

MUNICÍPIOS	PARDA	BRANCA	PRETA	NEGRA*	AMARELA	NI**	TOTAL GERAL
SALVADOR	274	28	120	394	2	14	438
FEIRA DE SANTANA	70	2	9	79	0	5	86
CAMAÇARI	30	3	7	37	0	3	43
JEQUIÉ	29	0	3	32	0	6	38
ALAGOINHAS	20	1	0	20	0	12	33
ILHÉUS	21	3	2	23	0	3	29

Fonte: SSP- BA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE
**Não Informados



PELE
ALVO

CEARÁ

ESTADO SEGUE NEGLIGENCIANDO A RAÇA/COR DOS MORTOS POR POLICIAIS

Entre os casos com raça informada, os negros são a maioria: 80,43% entre os 46 casos com a informação devidamente preenchida

O Ceará, por mais humano, faz ecoar a pergunta: por que o estado segue negligenciando a raça/cor dos mortos por policiais? Em 2022, como nos outros anos, os casos sem essa informação foram a maioria, representando 69,74% do total de 152 mortes.

Lar de comunidades negras, indígenas, quilombolas e ciganas, o estado tem sistematicamente omitido esse dado fundamental para compreender qual o perfil de quem é morto pelos agentes. Tal apagamento corrobora um cenário de falta de evidências para a elaboração de políticas públicas atentas à realidade cearense. Como atuar para reduzir a letalidade policial sem identificar quem está morrendo?

Entre os casos com raça informada, os negros são a maioria: 80,43% entre os 46 casos com a informação devidamente preenchida. São também muito jovens os atingidos pela letalidade policial. Aproximadamente sete de cada dez vítimas se concentram na faixa etária que vai de 18 a

29 anos, perfil que se repete em outros estados monitorados pela Rede, confirmando a conclusão de outros levantamentos. São os jovens negros os principais alvos dessa política de segurança pública. Cabe notar que, diferente da informação de raça/cor, o dado de idade das vítimas é preenchido na maioria dos casos. Apenas 2,63% dos mortos não tiveram essa informação preenchida em seu registro, demonstrando mais uma vez que a ausência de dados sobre raça/cor só pode ser explicada pelo racismo.

As mortes seguem com maiores índices em municípios específicos do estado. Fortaleza registrou a maior quantidade de mortos (24), seguido de Caucaia (9). As duas cidades seguem concentrando não só as mortes cometidas por policiais, como também outras violências mapeadas pela Rede. Os óbitos centralizam-se na região da grande Messejana, onde, há oito anos, ocorreu a Chacina do Curió, que marcou a história do estado. Os lugares e o perfil das vítimas é sempre o mesmo.

Proporção de
população negra*

71,72%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

80,43%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

46
é o número de
casos com a raça
informada

Uma vítima a cada
58 HORAS

7 de cada 10
vítimas têm
entre 18 e 29 anos

Número e proporção de vítimas de mortes decorrentes de intervenção do Estado por faixa etária - Ceará - 2022

FAIXA ETÁRIA	TOTAL GERAL	PROPORÇÃO
14 - 17 ANOS	25	16,45%
18 - 29 ANOS	104	68,42%
30 - 54 ANOS	19	12,50%
NÃO INFORMADA	4	2,63%
TOTAL GERAL	152	100%

Fonte: SSPDS-CE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking do seis municípios com mais mortes decorrentes de intervenção do Estado por cor ou raça - Ceará

MUNICÍPIOS	BRANCA	PARDA	PRETA	NEGRA*	NI**	TOTAL GERAL
FORTALEZA	2	7	0	7	15	24
CAUCAIA	0	2	1	3	6	9
MORADA NOVA	0	0	0	0	6	6
ARACOIABA	0	0	0	0	5	5
JAGUARUANA	0	2	0	2	2	4
JAGUARIBE	2	1	0	1	1	4

Fonte: SSPDS-CE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

**Não Informados



PELE
ALVO



MARANHÃO

OMISSÃO DE DADOS: TRÊS ANOS CONSECUTIVOS SEM INFORMAÇÕES

Uma agenda política racista se manifesta por meio da obscuridade intencional de não produção de dados

Assim como no Ceará, o Maranhão se destaca pela ausência de informações quando o assunto são as mortes cometidas por policiais. Na verdade, o estado nem ao menos coleta esse dado, realidade que perdura desde a segunda edição deste relatório. O fato de não dar atenção a essa informação parece revelar uma dimensão ainda mais alarmante: uma possível agenda política racista, que se manifesta por trás da obscuridade intencional de não produção de dados. Ao não se registrar especificamente a raça ou a cor das mortes nas ações de agentes estatais, perdemos a possibilidade de compreender profundamente as

desigualdades que marcam o perfil de quem é morto pela polícia.

Apesar das tentativas de ocultação desse dado por parte da secretaria de segurança, as informações monitoradas nos meios de comunicação revelam que a letalidade policial no Maranhão também tem cor, idade e endereço específicos. A faixa etária dos mortos no estado repete o perfil visto anteriormente: jovens de 18 a 29 anos seguem como grande maioria entre os mortos.

A cidade de Pinheiro, na Baixada Maranhense, divide com a capital o ranking de municípios com o maior registro de mortes: dez vítimas em cada. As 92 mortes se dividem por 39 cidades, boa parte delas concentrada na Grande São Luís.

Proporção de
população negra*

80,23%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

0%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

1 VÍTIMA
a cada quatro dias

59,78%
das vítimas tinham
entre 18 e 29 anos

90 DAS 92
vítimas
são homens

12 PESSOAS
não tinham informação de idade

Número e proporção de vítimas de mortes decorrentes de intervenção do Estado por faixa etária - Maranhão - 2022

FAIXA ETÁRIA	TOTAL GERAL	PROPORÇÃO
12 A 17 ANOS	8	8,70%
18 A 29 ANOS	55	59,78%
30 A 39 ANOS	11	11,96%
40 A 59 ANOS	5	5,43%
60 ANOS OU MAIS	1	1,09%
SEM INFORMAÇÃO	12	13,04%
TOTAL GERAL	92	100%

Fonte: SSP-MA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

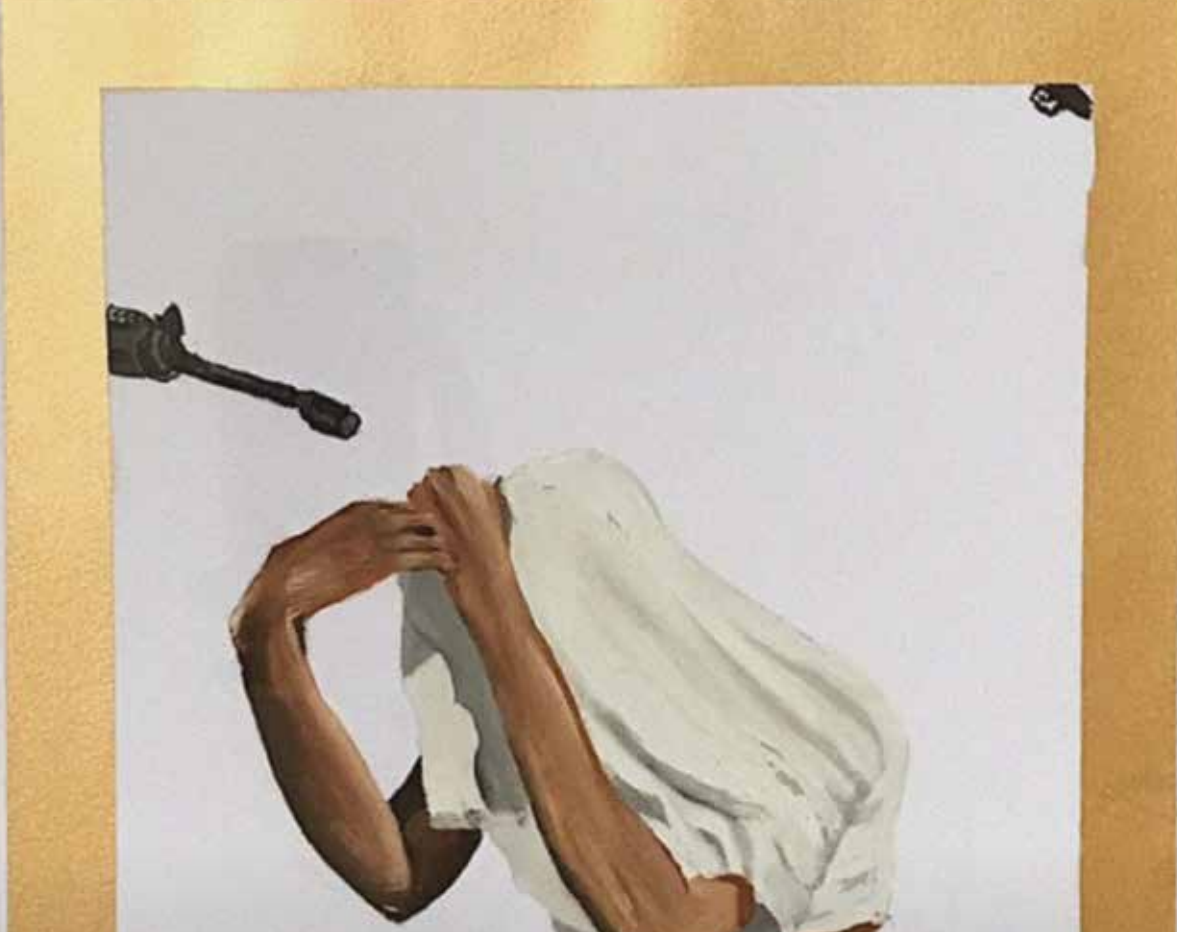
Ranking do seis municípios com mais mortes decorrentes de intervenção do Estado - Maranhão

MUNICÍPIOS	Nº DE VÍTIMAS
PINHEIRO	10
SÃO LUÍS	10
TURILÂNDIA	6
IMPERATRIZ	5
SANTA INÊS	4
AXIXÁ	3

Fonte: SSP - MA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança



PELE
ALVO



COM 631 MORTES, ESTADO TEM MAIS REGISTROS DE VÍTIMAS DO QUE SÃO PAULO

Entre os mortos no estado,
66,24% não tem informação de cor

O Pará é o terceiro em número de mortes nos estados monitorados pela Rede. Foram 631 óbitos, dado maior do que o registrado em São Paulo, estado com uma população quase cinco vezes maior. Vingança é o que explica boa parte dessas mortes. A dinâmica também é conhecida em outros estados: quando um agente é morto em operação, há uma resposta imediata das forças de segurança, e, em muitos casos, com ações extremamente violentas. O estado tem essa cultura da retaliação.

Assim como o Ceará, parte significativa dos mortos pela polícia no Pará “não tem cor”. Entre os mortos de 2022, essa informação não consta em 66,24% das vítimas. Já nos eventos em que há a informação, 93,90% são negros. E, também, jovens: 66,87% deles tinham entre 18 e 29 anos.

O principal epicentro da violência policial no Pará se concentra em Belém, que registrou 83 mortes. Em segundo lugar, separado por mais de 700 km da capital, figura Parauapebas, cidade com o registro de 41 mortes em 2022.

Proporção de população negra*

80,46%

Proporção de mortes de pessoas negras decorrentes de intervenção do Estado

93,90%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

418
é o número de vítimas sem informação de cor/raça

Uma vítima a cada
14 HORAS

Homens representam
198 DAS 200 mortes com identificação de raça/cor

Número e proporção de vítimas de mortes decorrentes de intervenção do Estado por faixa etária - Pará - 2022

FAIXA ETÁRIA	TOTAL GERAL	PROPORÇÃO
12 A 17 ANOS	35	5,55%
18 A 24 ANOS	267	42,31%
25 A 29 ANOS	155	24,56%
30 A 34 ANOS	77	12,20%
35 A 64 ANOS	56	8,87%
SEM INFORMAÇÃO	41	6,50%
TOTAL GERAL	631	100%

Fonte: SEGUP-PA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking do seis municípios com mais mortes decorrentes de intervenção do Estado por cor ou raça - Pará

MUNICÍPIOS	BRANCA	PARDA	PRETA	NEGRA*	NI**	TOTAL GERAL
BELÉM	1	27	3	30	52	83
PARAUPEBAS	1	13	2	15	25	41
ANANINDEUA	0	9	1	10	25	35
IGARAPÉ-MIRI	0	6	0	6	17	23
CASTANHAL	0	11	0	11	8	19
MARITUBA	0	6	2	8	11	19

Fonte: SEGUP - PA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

**Não Informados

11 MORTOS EM RECIFE: TODOS NEGROS

a dinâmica racista tem historicamente estigmatizado corpos negros, majoritariamente jovens, sobretudo nas ações realizadas pelas polícias

O estado de Pernambuco registrou 91 mortes cometidas por policiais em 2022, sendo 89,66% de pessoas negras. Essa é uma realidade que tem se repetido em Pernambuco sem alterações significativas. Como no ano passado, todos os mortos em Recife foram pessoas negras. Apesar da permanência, as políticas públicas produzidas pelo governo seguem ser dar conta do racismo e dos seus efeitos na violência policial.

Seja na capital ou nas demais cidades, a dinâmica racista tem historicamente estigmatizado corpos negros, majoritariamente jovens, sobretudo nas ações realizadas pelas polícias. A maioria dessas vítimas vive em locais de vulnerabilidade, comunidades, favelas e bairros de classe baixa, que é

onde esses grupos começam a sofrer retaliações em áreas públicas. O descaso é ainda maior quando os eventos violentos acontecem no interior do estado, pois continua a existir uma enorme falta de assistência e políticas públicas voltadas para essas regiões. É como se não existissem.

A menor vítima da violência do estado em 2022 foi uma criança negra de 6 anos e a maior, 75 anos. Crianças e idosos não escapam.

Embora tenha acontecido uma diminuição de mortes de 2021 para 2022, e os índices de vítimas possam até serem considerados menores quando comparados a Rio de Janeiro e Bahia, para Pernambuco esse número é relativamente alto, principalmente quando olhamos a partir de 2015, quando 37 pessoas foram mortas pela polícia.

Proporção de
população negra*

65,09%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

89,66%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



Número e proporção de vítimas de mortes decorrentes de intervenção do Estado por faixa etária - Pernambuco - 2022

FAIXA ETÁRIA	TOTAL GERAL	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	1	1,10%
12 A 17 ANOS	9	9,89%
18 A 29 ANOS	52	57,14%
30 A 39 ANOS	19	20,88%
40 A 59 ANOS	7	7,69%
60 ANOS OU MAIS	1	1,10%
SEM INFORMAÇÃO	2	2,20%
TOTAL GERAL	91	100%

Fonte: SDS-PE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking do seis municípios com mais mortes decorrentes de intervenção do Estado por cor ou raça - Pernambuco

MUNICÍPIOS	AMARELA	BRANCA	PRETA	PARDA	NEGRA*	NI**	TOTAL GERAL
RECIFE	0	0	0	11	11	0	11
IGARASSU	0	0	2	5	7	0	7
OLINDA	0	0	1	5	6	0	6
CABO DE SANTO AGOSTINHO	0	0	0	5	5	0	5
CARUARU	0	1	0	4	4	0	5
IPOJUCA	0	0	0	3	3	2	5

Fonte: SDS - PE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

**Não Informados



PELE
ALVO

PIAUI

TERESINA CONCENTRA 56,41% DO TOTAL DE MORTES

Pessoas negras estão sendo mortas a despeito do devido processo legal a que todos os cidadãos brasileiros têm direito.

A violência policial que acomete o Piauí é localizada. Teresina concentrou 22 das 39 mortes ocorridas em 2022. Além da capital, outros nove municípios registraram em média pouco mais de uma morte durante o último ano. A violência localizada é explicada pela concentração da população na capital e, conseqüentemente, na centralização da atividade policial nesse espaço.

No Piauí, as políticas públicas de segurança possuem caráter reativo e conseqüências desastrosas. O perfil dos que morrem é o mesmo: negros, periféricos e jovens. Mesmo governos progressistas a norma continua: corpo jovem e negro

atravessado por bala, enfeitando as esquinas pela violência que constitui a atividade policial.

Pessoas negras estão sendo mortas a despeito do devido processo legal a que todos os cidadãos brasileiros têm direito. Isso porque as forças policiais exercem também a função de braço armado do sistema de justiça criminal: julgam, condenam e sentenciam à morte sem que tenham direito à defesa. Os óbitos não podem ser tratados como política pública, sobretudo num estado que tem reduzido investimentos para políticas educacionais, culturais e econômicas de inclusão. Precisamos desacreditar as narrativas produzidas pelo governo do estado e suas corporações e cobrar por investigações imparciais e transparentes nos eventos de violência policial.

Proporção de
população negra*

79,25%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

88,24%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

16 DOS 22
mortos
na capital
são negros

58,97%
das vítimas tinham
entre 18 e 29 anos

30
é o número
de vítimas negras
do total

Número e proporção de vítimas de mortes de intervenção do Estado por faixa etária - estado do Piauí - 2022

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	1	2,56%
12 A 17 ANOS	2	5,13%
18 A 29 ANOS	23	58,97%
30 A 49 ANOS	12	30,77%
50 A 59 ANOS	1	2,56%
60 ANOS OU MAIS	0	0%
TOTAL	39	100%

Fonte: SSP - PI | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking do seis municípios com mais mortes decorrentes de intervenção do Estado por cor ou raça - Piauí

MUNICÍPIOS	BRANCA	PARDA	PRETA	NEGRA*	NI**	TOTAL GERAL
TERESINA	2	15	1	16	4	22
GEMINIANO	2	3	0	3	0	5
FLORIANO	0	0	2	2	0	2
LUÍS CORREIA	0	2	0	2	0	2
PARNAÍBA	0	2	0	2	0	2
BARRAS	0	0	0	0	1	1

Fonte: SSP - PI | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

**Não Informados



PELE
ALVO

RIO DE JANEIRO

TRÊS MUNICÍPIOS CONCENTRAM 52,93% DO TOTAL DE MORTOS

Corporações policiais veem em jovens negros os “elementos suspeitos”, os “prováveis bandidos” e os “matáveis sem dar problema”

O que explica os números inaceitavelmente altos de mortes decorrentes de intervenção policial, ano após ano, no Rio de Janeiro, é uma política de segurança determinada a lidar com grupos armados a partir de lógicas bélicas de confrontos e tiroteios. Essas ações ignoram quaisquer métodos policiais baseados em investigações e inteligência, que seriam capazes de enfraquecer e desarticular as quadrilhas.

O sistema principal dessa dinâmica consiste nas famosas “operações policiais”. Grupos de agentes saem bem cedo de batalhões e unidades da Polícia Civil, protegidos em blindados terrestres e aéreos. Armados com fuzis, metralhadoras, granadas e drones, dirigem-se para as beiras de favelas ou bairros pobres, sabendo que criminosos armados vão responder ao ataque. Assim se dá a maioria das 1.330 mortes – sejam as de pessoas armadas ou as de pessoas que a polícia supõe pertencerem às quadrilhas, mesmo que nunca saibamos se essas mortes ocorreram num confronto ou foram execuções, falta de pontaria, bala perdida ou desleixo. Afinal, “se parece com bandido então deve ser bandido, vamos matar antes de perguntar”. Ou mesmo quando as mortes decorreram

de “desacertos” entre policiais e traficantes, que deixaram de pagar taxas de corrupção às equipes locais.

O fato de 86,98% dos mortos em decorrência de ações das polícias serem negros é uma espécie de autoexplicação de que essa realidade se impõe às favelas e periferias. Ele reafirma que, no coração das políticas de confronto, está assentado um racismo secular, profundo e determinado. Corporações policiais veem em jovens negros os “elementos suspeitos”, os “prováveis bandidos” e os “matáveis sem dar problema”. Policiais, em nome do Estado, suspeitam, indiciam, julgam e executam. Somente o 16º, o 41º e o 14º batalhões concentram mais da metade das vítimas na capital (53,83%).

Depois de cada uma das 1.330 mortes, a Corregedoria se omite e o Ministério Público do Rio de Janeiro não cumpre sua responsabilidade constitucional. Nos casos raríssimos em que um desses assassinatos decorrentes de intervenção do Estado chega ao Judiciário, ali encontra juízes complacentes que nutrem o desejo de não atrapalhar o serviço dos heróis de farda e absolvem a guarnição que assinou o confronto.

Proporção de
população negra*

54,39%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

86,98%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



Número e proporção de vítimas de mortes de intervenção do Estado por faixa etária - estado do Rio de Janeiro - 2022

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	2	0,15%
12 A 17 ANOS	50	3,76%
18 A 29 ANOS	482	36,24%
30 A 39 ANOS	100	7,52%
40 A 59 ANOS	24	1,80%
60 ANOS OU MAIS	1	0,08%
NÃO INFORMADO	671	50,45%
TOTAL	1.330	100%

Fonte: ISP - RJ | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking do seis municípios com mais mortes decorrentes de intervenção do Estado por cor ou raça - Rio de Janeiro

MUNICÍPIOS	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
RIO DE JANEIRO (CAPITAL)	444	33,40%
SÃO GONÇALO	131	9,80%
DUQUE DE CAXIAS	129	9,70%
NITERÓI	61	4,60%
JAPERI	60	4,50%
ANGRA DOS REIS	58	4,40%

Fonte: ISP - RJ | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



PELE
ALVO

SÃO PAULO

108 DAS 157 VÍTIMAS NA CAPITAL ERAM NEGRAS

Os negros, representando apenas 40,26% da população dos mais de 40 milhões de habitantes, são a grande maioria entre os mortos, chegando a 63,90% de todos os registros

São Paulo tem se destacado pela política de redução da letalidade policial que, até o ano passado, reduziu de maneira consistente o indicador que já não se destacava em comparação com os outros estados monitorados pela Rede. A política de redução da letalidade aliada ao uso de câmeras corporais mostrou ser possível ter uma polícia menos violenta, através do fortalecimento de mecanismos de responsabilização das instituições de controle.

A redução de mortes não foi acompanhada de mudanças no perfil de quem morre. Os negros, representando apenas 40,26% da população dos mais de 40 milhões de habitantes, são a grande maioria entre os mortos, chegando a 63,90% de todos os registros. Além disso, são muito jovens:

53,94% foram mortos quando tinham entre 18 e 29 anos, repetindo o que se vê nos outros estados da Rede.

Por mais que São Paulo tenha se diferenciado nos últimos anos pelas políticas de redução da letalidade policial, o mesmo não pode ser dito em relação à orientação racista das polícias do estado, que seguem fazendo de jovens negros a cara mais frequente entre os mortos em ações policiais. É paradoxal pensar na maior metrópole do país, que chama atenção de tantas organizações nacionais e internacionais, que possui tanto capital financeiro, mantendo a truculência policial em seu *modus operandi*. A conta não fecha porque a polícia segue direcionando suas ações à proteção patrimonial e à guerra às drogas, com operações baseadas no confronto.

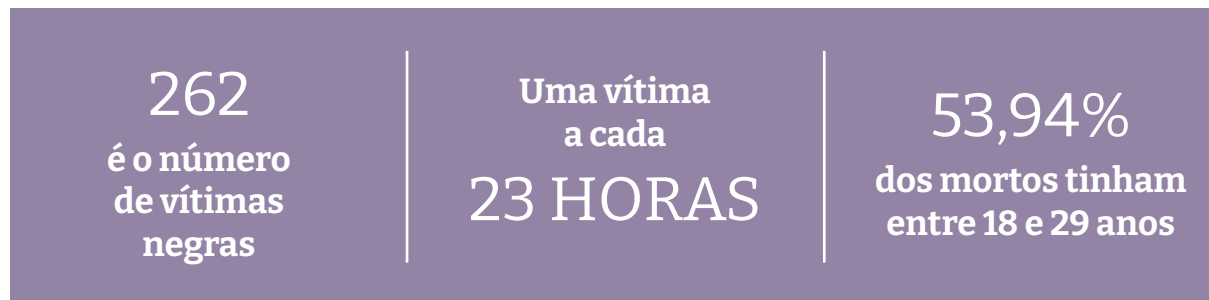
Proporção de
população negra*

40,26%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

63,90%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



Número e proporção de vítimas de mortes decorrentes de intervenção do Estado por faixa etária - São Paulo - 2022

FAIXA ETÁRIA	TOTAL GERAL	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	0	0%
12 A 17 ANOS	24	5,73%
18 A 29 ANOS	226	53,94%
30 A 39 ANOS	68	16,23%
40 A 59 ANOS	25	5,97%
60 ANOS OU MAIS	1	0,24%
SEM INFORMAÇÃO	75	17,90%
TOTAL GERAL	419	100%

Fonte: SSP-SP | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking do seis municípios com mais mortes decorrentes de intervenção do Estado por cor ou raça - São Paulo

MUNICÍPIOS	BRANCA	PARDA	PRETA	NEGRA*	NI**	TOTAL	PROPORÇÃO
SÃO PAULO	44	88	20	108	5	157	37,47%
SANTOS	5	9	2	11	0	16	3,82%
CAMPINAS	5	7	2	9	0	14	3,34%
GUARULHOS	3	7	1	8	1	12	2,86%
SÃO VICENTE	5	5	0	5	0	10	2,39%
SÃO BERNARDO DO CAMPO	5	3	0	3	1	9	2,15%

Fonte: SSP - SP | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

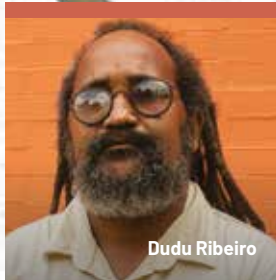
**Não Informados



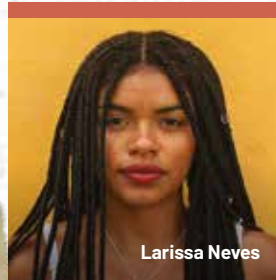
Quem faz a Rede de Observatórios

Baseados em oito estados, as pessoas que integram a Rede combinam metodologia de pesquisa rigorosa, monitoramento diário, diálogo com a sociedade civil e conhecimento da realidade local para fazer análises sobre violência e segurança pública.

BAHIA

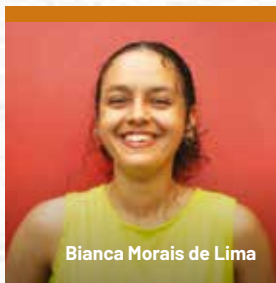


Dudu Ribeiro

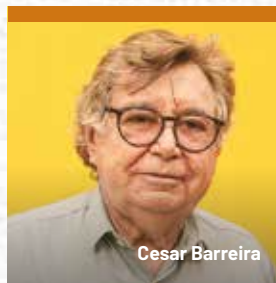


Larissa Neves

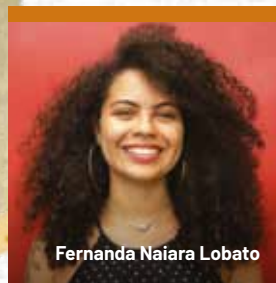
CEARÁ



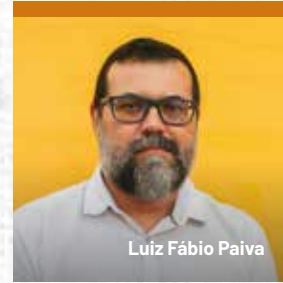
Bianca Moraes de Lima



Cesar Barreira

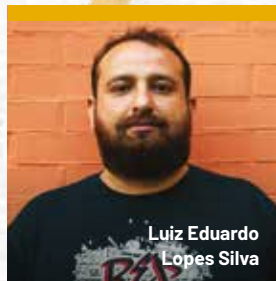


Fernanda Naiara Lobato

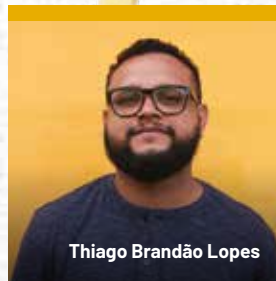


Luiz Fábio Paiva

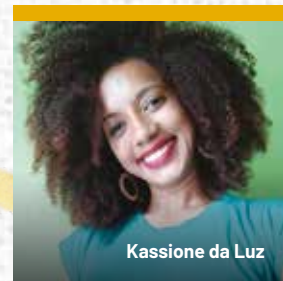
MARANHÃO



Luiz Eduardo
Lopes Silva



Thiago Brandão Lopes

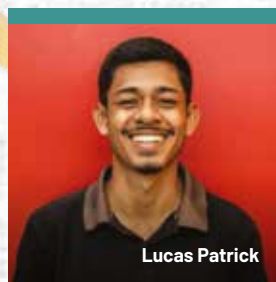


Kassione da Luz

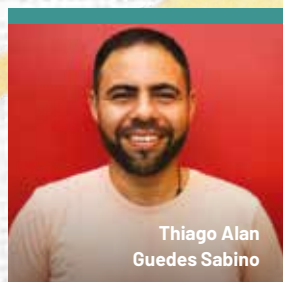
PARÁ



Aíala Colares
Oliveira Couto

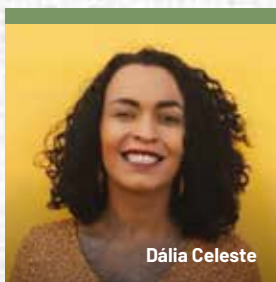


Lucas Patrick

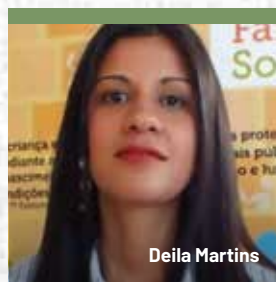


Thiago Alan
Guedes Sabino

PERNAMBUCO



Dália Celeste



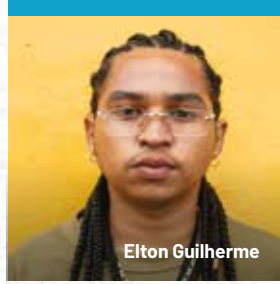
Deila Martins



Edna Jatobá



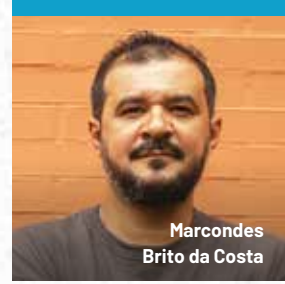
PIAUÍ



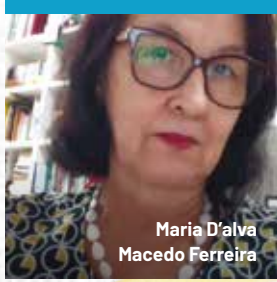
Elton Guilherme



Lila Cristina Xavier Luz

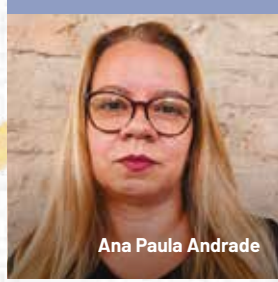


Marcondes
Brito da Costa

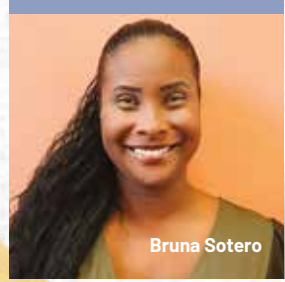


Maria D'alva
Macedo Ferreira

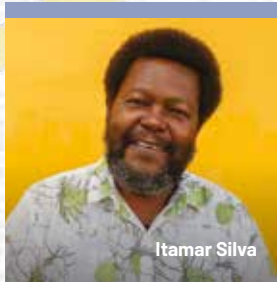
RIO DE
JANEIRO



Ana Paula Andrade



Bruna Sotero



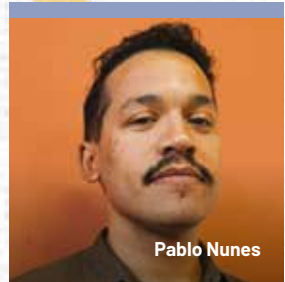
Itamar Silva



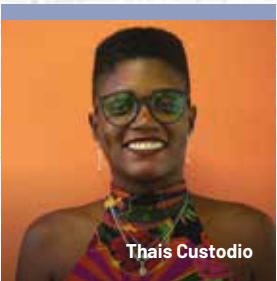
Jonas Pacheco



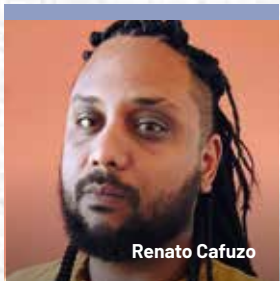
Nathália da Silva



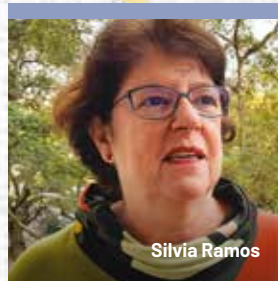
Pablo Nunes



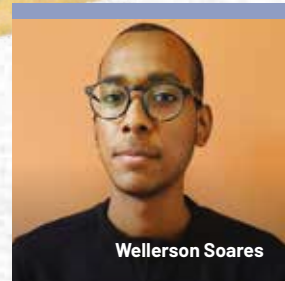
Thais Custodio



Renato Cafuzo

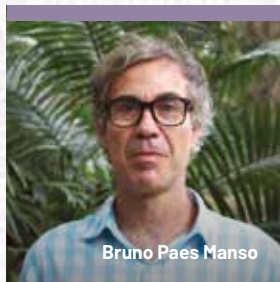


Sílvia Ramos

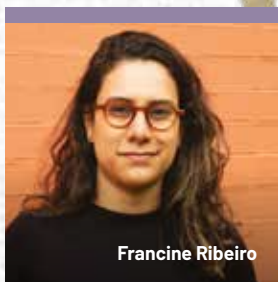


Wellerson Soares

SÃO PAULO

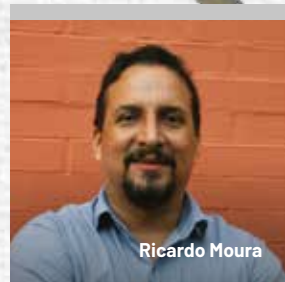


Bruno Paes Manso



Francine Ribeiro

NORDESTE
(consultor)



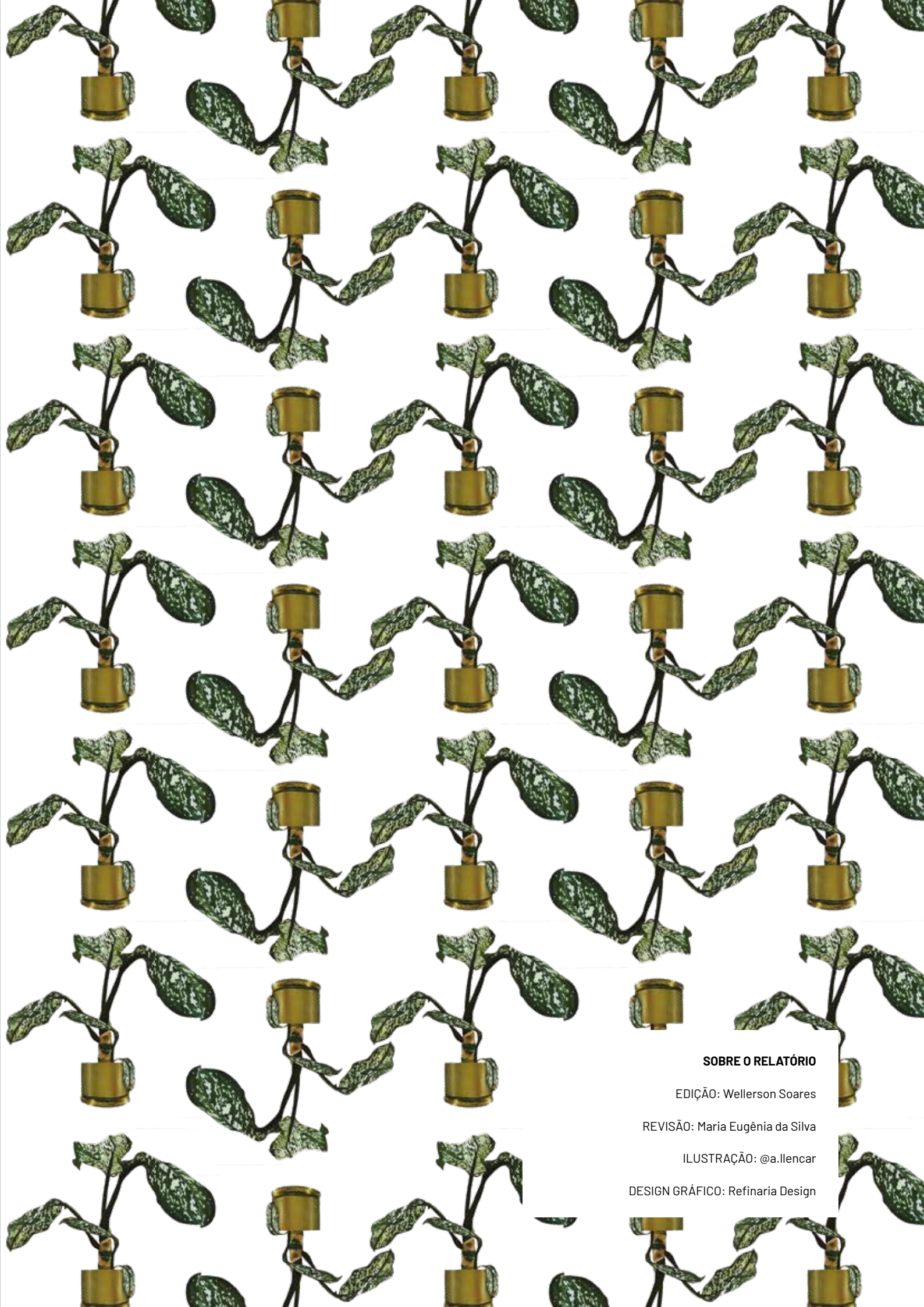
Ricardo Moura

Quer conteúdos exclusivos que só a newsletter da Rede de Observatórios tem?



Se inscreva e receba
notícias em primeira
mão direto no seu
e-mail!





SOBRE O RELATÓRIO

EDIÇÃO: Wellerson Soares

REVISÃO: Maria Eugênia da Silva

ILUSTRAÇÃO: @a.lencar

DESIGN GRÁFICO: Refinaria Design

REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



observatorioseguranca.com.br



@redeobservatorios



@rede_seguranca



@rededeobservatorios

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PERNAMBUCO

PARÁ

PIAUÍ

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO



APOIO



FORD
FOUNDATION

APOIO INSTITUCIONAL

OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS